# PONTE DA BARCA
## (Bravães)

Bravães é uma freguesia do concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo. O mosteiro de São Salvador dista cerca de 5 km da sede do concelho. Sair de Ponte da Barca pela estrada N203, na primeira rotunda sair na primeira saída, na segunda rotunda sair na segunda saída. Andar cerca de 3,4 km seguindo as indicações de Mosteiro de Bravães, que se encontrará à direita.

O mosteiro tem uma implantação rural rodeado de campos de cultivo e algumas habitações rurais e antigas casas brasonadas. Localiza-se numa zona plana do vale do Lima junto à estrada que liga Ponte da Barca a Ponte de Lima.

O povoamento de Bravães remonta a tempos ancestrais, existindo na freguesia vestígios de construções da época castreja.

Bravães pertencia à antiga Terra da Nóbrega. A designação Ponte da Barca surge apenas em meados do século XV, num documento de D. Afonso V. O seu topónimo "barca" tem origem na embarcação que fazia a ligação entre as duas margens do rio Lima, transportando muitas vezes peregrinos a caminho de Santiago de Compostela, tendo a ponte sido construída em meados do século XIV.

Foi apenas em 1513, no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa, que se efetivou a anexação do território de Entre-Lima-e-Minho ao arcebispado de Braga, que pertencera à diocese de Ceuta e antes disso à diocese de Tui. Só em 1977 foi criada a diocese de Viana do Castelo.

## *Mosteiro de São Salvador*

O MOSTEIRO DE SÃO SALVADOR DE BRAVÃES é um dos quatro mosteiros agostinhos nas imediações do rio Lima e tem por vizinhos os mosteiros de Santa Maria de Vila Nova de Muía, São Martinho de Crasto e Santa Maria de Refoios.

O primitivo mosteiro de São Salvador terá sido fundado por D. Vasco Nunes de Bravães, cerca de 1080, mas desse edifício pouco ou nada resta, tendo sido apenas reaproveitados alguns elementos, como as bases e os capitéis do arco cruzeiro, a inscrição funerária do prior Egas Mendes e uma cruz de sagração. Segundo José Marques, o mais antigo registo documental deste cenóbio encontra-se no *Censual de Entre Lima e Ave*, do século XI. Os patronos tinham, então, um papel fundamental na eleição dos abades e na administração dos bens. D. Vasco Nunes é apontado como um dos ricos-homens que melhor serviram D. Afonso VI de Leão (1072-1109) e, segundo o *Nobiliário* do Conde D. Pedro, terá sido o fundador do mosteiro de Bravães.

Inicialmente este mosteiro estaria sujeito à regra beneditina, mas parece que já seguia a regra de Santo Agostinho cerca de 1140. Por esta data, o mosteiro terá recebido carta de couto de D. Afonso Henriques.

O edifício que existe atualmente poderá ter começado a ser edificado em meados do século XII, cuja campanha de edificação poderá ter sido promovida pelo prior Egas Mendes. Este prior surge como notário numa carta de couto passada por D. Afonso Henriques ao mosteiro de Vila Nova de Muía, em 1140-1141, assinando *Egeas prior de Bravaaes qui notuit*. É possível que Egas Mendes tenha estado à frente do mosteiro de Bravães no período entre 1140-1141 e 1187, data da sua morte, como se lê na lápide funerária, transcrita por Mário Barroca,

> ERA · Mª · CCª · XXª Vª / OBIIT · PRIOR · EGEE / MENENDIZ · TV / LECTOR · ME / MENTO · MEI

A inscrição funerária de D. Egas estava gravada ao longo de quatro silhares de granito, na face externa da ombreira esquerda do portal lateral sul da nave da igreja, ficando voltada ao claustro, destruído em 1876 com a abertura da estrada que liga Ponte da Barca a Ponte de Lima.

Durante as Inquirições realizadas no reinado de D. Afonso II, em 1220, os inquiridores foram informados que Bravães era um couto e que o rei não detinha aí qualquer reguengo ou foro, nem era patrono da igreja. As testemunhas informaram ainda que a igreja de Bravães tinha aí searas e oito casais.

Nas Inquirições de 1258 é afirmado que o mosteiro é coutado *per padroes et que fora regaengo; et que ouvirom dizer que o dera el Rey Don Alfonso a don Pelagio Valasquiz et que lo coutara*. Segundo Mário Barroca, D. Paio Vasques de Bravães terá sido o fundador do mosteiro ou, pelo menos, estaria ligado à família dos fundadores, fora mordomo-mor de D. Teresa e governador de Riba de Lima entre 1122 e 1125.

De meados do século XIII data uma inscrição comemorativa da construção de uma torre que se erguia a norte da igreja de Bravães, mas dessa torre não sobreviveu qualquer vestígio. Esta epígrafe atualmente encontra-se embutida na face exterior da nave à direita do portal lateral norte da igreja. Mário Barroca propõe a seguinte leitura:

· ISTAM · TOR(r)E · / FECIT · PRIORE · / RUDERIC(us) · PETRI

A epígrafe regista o nome do prior que diligenciou a construção da dita torre. Trata-se de D. Rodrigo Peres que assistira à passagem dos inquiridores de D. Afonso III, tendo sido a primeira testemunha a ser inquirida.

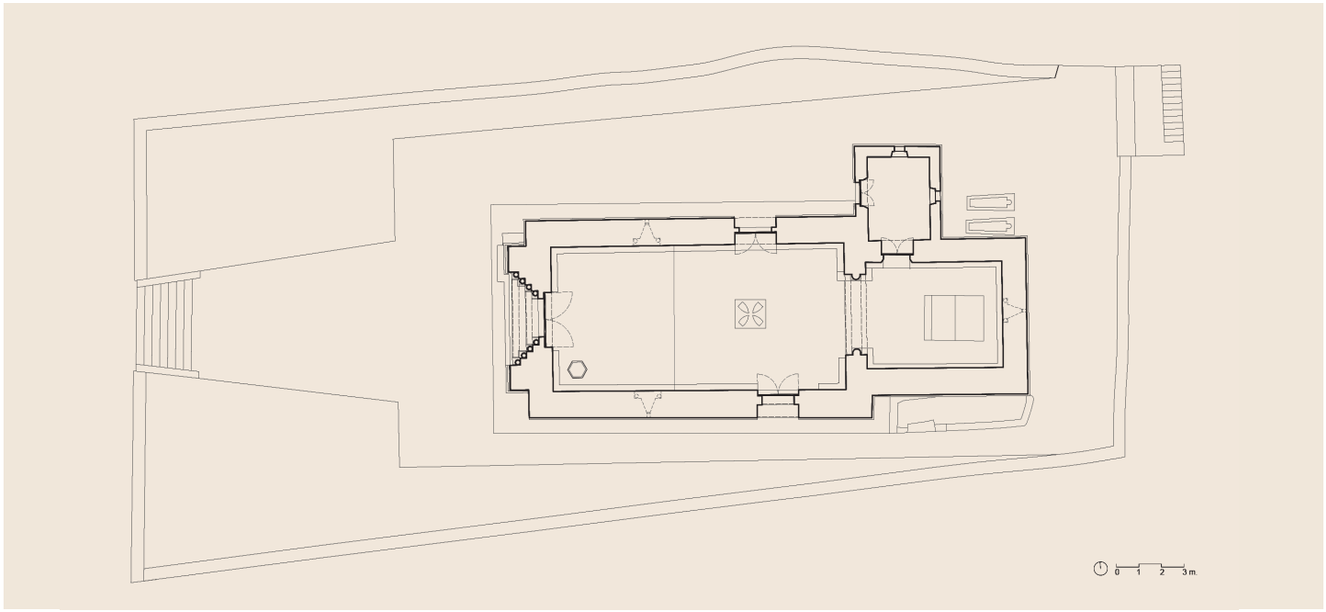
No seu testamento redigido em março de 1268, D. Egas Fafe, arcebispo de Compostela e antigo bispo de Coimbra, determina que o mosteiro de Bravães receba dez libras para *pitancia*.

Este mosteiro parece não ter tido grande abastança económica pois, em 1320, foi taxado em apenas 300 libras na contribuição que D. Dinis ordenou que todas as igrejas, mosteiros e comendas do reino dessem para a Cruzada. Comparativamente, aos cenóbios vizinhos foi aplicada uma taxa bem mais elevada: São Martinho de Crasto contribuiu com 500 libras, Santa Maria de Vila Nova de Muía e Santa Maria de Refoios foram taxados em 700 libras.

Segundo uma sentença de D. Afonso IV, de agosto de 1336, o mosteiro de Bravães foi autorizado a manter a jurisdição cível no seu couto, não detendo aí quaisquer outros direitos jurisdicionais. D. João I, em 1401, reafirma essa prerrogativa e, mais tarde, D. Duarte, em 1434, confirma os privilégios do prior e do convento, mas nesse ano o mosteiro seria extinto. Foi durante o arcebispado de D. Fernando da Guerra (1416-1467) que o mosteiro de São Salvador de Bravães foi convertido em igreja paroquial. Segundo José Marques, são excessivamente vagos os motivos que determinaram a extinção do mosteiro pois, apesar de ser muito reduzida, a comunidade não se houvera extinguido, como acontecera noutros casos. Havia ainda o

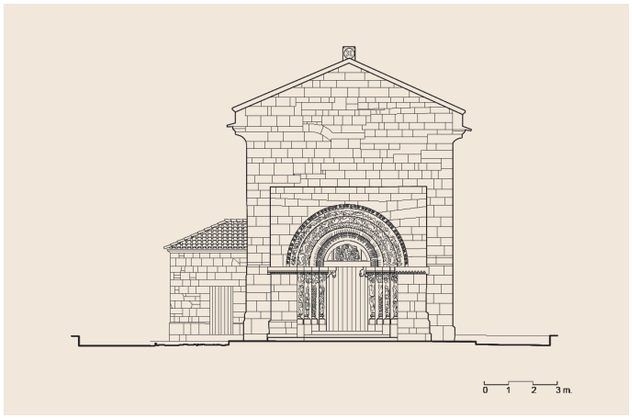


*Vista aérea da igreja a partir do lado sudoeste (2013, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografia F. Piqueiro - Foto Engenho - Projectos e Serviços de Fotografia, Lda.)*

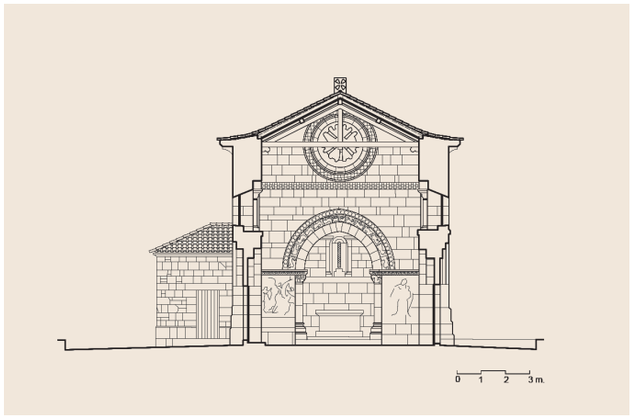



*Planta*

*Alçado ocidental*




*Corte longitudinal*




prior e um cónego. Os bens da comunidade despertaram a cobiça do nobre Gonçalo de Barros que acabou por se apropriar da igreja, depois desta ter sido reduzida a secular. Por não se ter promovido ao presbiterado no prazo de um ano, Gonçalo de Barros foi privado do título de abade, o que aconteceu apenas vinte e um anos mais tarde, em abril de 1455. Como padroeiro que era da igreja assistia-lhe o direito de indicar um clérigo para a referida igreja de Bravães, continuando, por esse motivo, a exercer a sua influência sobre a dita igreja. José Marques acrescenta que poderosos motivos terá tido o arcebispo D. Fernando da Guerra para não ter agido mais cedo.

A par com o mosteiro de Bravães foram extintos mais seis mosteiros regrantes na diocese de Braga no século XV e convertidos em igrejas paroquiais. Os 11 remanescentes viveriam num contexto de grandes dificuldades e sujeitos a uma gestão secularizante. A incapacidade para a gestão patrimonial, a deficiente formação clerical e intelectual dos cónegos, a ingerência das entidades laicais na vida claustral, entre outros fatores, precipitaram o declínio e a extinção destes mosteiros.

O tempo dos comendatários atingiu também os mosteiros regrantes, na segunda metade do século XV. A título de exemplo, o arcebispo D. Fernando da Guerra chamou a si a comenda do mosteiro de Mancelos e D. Rodrigo Álvares acumulava as comendas do mosteiro de Roriz e a do mosteiro de Vilarinho. Segundo o *Livro das Comendas da Ordem de Cristo*, redigido por Pedro Álvares Seco em 1563,

a comenda do mosteiro de São Salvador de Bravães fora avaliada, em 1559, em 45 000 reais e o seu comendador era Fr. Diogo de Anaia.

João de Barros, em meados do século XVI, afirma que o mosteiro de Bravães se localizava no termo da vila de Ponte da Barca e já não tinha frades nem convento.

Carvalho da Costa, no início do século XVIII, informa que antigamente São Salvador de Bravães se chamava "Barbas", desconhecemos com que fundamento, e estava subordinado ao mosteiro de São Martinho de Crasto. Depois de ser extinto por D. Fernando da Guerra passou a comenda de Cristo e rendia 250 000 réis.

Em 1758, durante as averiguações das Memórias Paroquiais, o reverendo de Bravães, João Barbosa Barros, é muito parco em informações relativas à freguesia. Reitera que é uma igreja muito antiga e que terá sido dos Templários, o que gera alguma estranheza, pois desconhecemos qualquer outra informação neste sentido. A igreja de São Salvador tinha então cinco altares. Em 1876, com a destruição do claustro apareceram então alguns túmulos de pedra, hoje dispostos no adro da igreja.

A igreja de Bravães, além de orientada, apresenta-se-nos sob a forma planimétrica mais convencional do românico português. Uma nave única é rematada por uma cabeceira retangular, mais baixa e mais estreita que esta. A grande altura da nave tem sido apontada como um indício da cronologia tardia deste monumento românico, aspeto corroborado pelo arranjo geral dado aos portais laterais, confrontantes e rasgados no último terço da nave. Do lado norte anexa-se a sacristia ao nível da capela-mor, comunicando com esta através de vão rasgado no muro do lado do Evangelho. Acede-se ao interior deste espaço sacro através de três portais, um ocidental e dois laterais, nos quais se concentram significativos elementos escultóricos.

A igreja foi edificada em granito, definindo os silhares um aparelho pseudo-isódomo. Tem cobertura de duas águas a que corresponde uma cobertura em madeira em ambos os corpos da igreja, cabeceira e nave.

Na parede fundeira da cabeceira rasga-se estreita fresta que ilumina a abside a partir de nascente. Os seus alçados laterais são cegos e o único elemento que os anima é a cachorrada que sustenta uma profunda cornija. O perfil dos cachorros é tendencialmente retangular e a sua ornamentação, quando existente, é de natureza geométrica. Na nave, os cachorros apresentam configuração idêntica, mas a cornija surge já ornada com um motivo enxaquetado. Os alçados norte e sul são praticamente cegos, apenas rasgados por estreitíssimas frestas e pelos portais, norte e sul.

Ambos os portais, confrontantes, acusam já uma cronologia avançada que a ligeira quebra dos seus arcos, o facto de estarem inscritos na espessura dos próprios muros e a ausência de colunas, comprovam. Contudo, têm ainda tímpanos. Do lado norte, o portal apresenta-se-nos com duas arquivoltas, sendo a exterior toreada, ambas assentes diretamente sobre os pés direitos. No arco envolvente, um friso cujo motivo nos recorda uma temática de origem bracarense, a hera estilizada envolvida por um círculo. O tímpano, assente sobre impostas lisas e com arestas vivas, mostra-nos relevado, ao centro, um motivo crucial, composto através de círculos entrelaçados, ladeado por dois quadrúpedes. O portal sul, é mais erudito. Compõe-se de duas arquivoltas, a interna lisa e a exterior ornada com círculos encadeados e toro. Envolve-as arco ornado por duas fiadas de motivos perlados, uma na face, com motivos mais pequenos, outra no chanfro, com motivos de maior escala. O tímpano assenta sobre duas cabeças de leão, de túrgida representação, e nele está representado o *Agnus Dei*, acompanhado da cruz, tema muito recorrente na arquitetura românica do Entre Douro e Minho. Nos silhares que enformam o pé direito do portal, do lado esquerdo do observador, encontramos a inscrição obituária de D. Egas Mendes. Sobre o portal sul, que abre para o local onde se encontraria o primitivo claustro do mosteiro, corre lacrimal que denuncia ter aqui existido uma estrutura alpendrada.

É provável que a fachada principal deste monumento tenha sido bastante refeita na sua parte superior, o que pode justificar a ausência de qualquer vão de iluminação. Contudo, a apreciação de fotografias publicadas por José Marques Abreu em 1918 mostra que a igreja, ao invés de ser rematada com a cruz terminal que agora vemos, estava antes dominada por um elemento vertical que desapareceu durante os restauros realizados pela DGEMN. Falamos de uma torre sineira, com dois vãos para acolhimento dos sinos, que existia sobre o ângulo da empena, configurando uma outra verticalidade à fachada.

A já mencionada torre, mandada edificar pelo prior D. Rodrigo Pires, conforme atesta a inscrição já referida, encontrava-se a norte desta fachada. O facto de esta estar datada do século XIII confirma o caráter tardio de conclusão da edificação da igreja, até porque a construção românica começava sempre pela cabeceira, continuava com a edificação da nave, até se concluir a fachada principal.

Esta fachada acolhe aquele que é considerado o mais decorado portal do românico em Portugal, abrigado por corpo avançado, recurso adotado para assim se criar maior aparato e uma maior profundidade (e consequentemente um maior campo para um desenvolvido conjunto iconográfico). O conjunto, destaca-se por um certo barroquismo na composição, onde a escultura se adapta a todos os



*Alçado sul (2015, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografia Luís Ferreira Alves)*



*Alçado noorte (2015, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografia Luís Ferreira Alves)*

elementos escultóricos. Compõe-se a sua estrutura por quatro arquivoltas, todas elas ornamentadas, apoiadas sobre colunas, cujos fustes se encontram profundamente esculpidos. Um arco envolvente, ornado com pequenas rosetas, delimita este erudito conjunto escultórico.

As duas arquivoltas exteriores mostram sequências de aves e animais, de grande relevo, tratados ao modo de capitéis, desenvolvendo-se no sentido das aduelas. É na arquivolta central que surge retratado um Apostolado, cujas pequenas e frustes figuras tornam difícil distinguir



*Tímpano do portal norte*



*Tímpano do portal sul*

iconograficamente aqueles que estão aqui representados. Todavia, na primeira aduela do lado sul é possível identificar Santiago, porque exibe um bordão na sua mão direita. Os restantes Apóstolos surgem com o livro na mão. É precisamente nesta organização dos motivos escultóricos, no sentido das aduelas, que encontramos uma ligação ao românico do foco bracarense. Todavia, atendendo ao tratamento dado às figuras, Ferreira de Almeida propôs que o mestre que elaborou este portal tivesse ainda a formação de capiteleiro. Nas arquivoltas interiores a ornamentação mostra um sabor mais geométrico, nos encordoados e no jogo de enxaquetado e pérolas que ornam as suas aduelas, quer na face, quer nos chanfros.

O tímpano deste portal é um dos poucos exemplos historiados que se conservam no românico português. Aqui sobressai uma representação da *Maiestas Domini*,

apesar de reduzida ao mínimo. Cristo surge entronizado e envolvido por uma mandorla toreada, segura pelas mãos de duas figuras, anatomicamente desproporcionadas. Estas personagens, cujas vestes tubulares são presas por forte cinto, segundo Ferreira de Almeida, devem representar anjos. Assim, a estética desta representação acusa uma artesania voluntariosa que utiliza um padrão escultórico de natureza tudense, embora sem lhe conferir apuramento técnico. O tímpano é sustentado por duas mísulas onde foram esculpidas cabeças de touro, que Ferreira de Almeida propõe de raça galega.

Patenteando uma forte e túrgida modelação, os capitéis mostram temas iconográficos característicos da escultura dos seus congéneres da área da diocese de Tui e do Alto Minho, vendo-se aves debicando de uma taça ou com o pescoço entrelaçado ou serpentes míticas mostrando cabeças humanas e cabeleiras. Também as bases acusam uma interpretação indígena dos modelos de influência galega. É no arranjo dado aos capitéis e às colunas deste portal que Ferreira de Almeida propõe mais uma ligação à arte da catedral de Tui realizada após os meados do século XI. Os capitéis assumem um papel muito especial ao nível da composição deste portal, pois, mais do que nunca, definem uma quebra entre a escultura das arquivoltas e a dos fustes dos colunelos, que nalguns deles se prolonga de uns para os outros. Assim, os temas animalescos retratados continuam para cima e para baixo destes, fazendo deste portal um notável caso de escultura desadaptada ao seu quadro natural e de gosto muito local. Mais, é precisamente esta deslocação de temas afrontados, própria da dinâmica de capitéis, para a superfície curva e alongada dos fustes que também nos ilustra uma certa inexperiência e a inabilidade que o capiteleiro desta obra quando teve necessidade de realizar outros trabalhos de foro escultórico. Aliás, é contrastante a agilidade escultórica dos capitéis comparativamente aos restantes elementos aqui esculpidos. E, apesar das limitações que esta solução revela, estamos ainda diante de uma composição que não deixa de ser rica e significativa. Assim, nos capitéis vemos aves debicando, numa configuração própria de cesto de capitel e impropriamente esculpida sobre o fuste, como também vemos serpentes com cabeças de mulher, outro tema de raiz popular e frequente nos capitéis da área de Tui. É esta adaptação de uma temática capitelar aos fustes, muito túrgida, que torna este conjunto extremamente original e singular, fruto de uma interpretação autóctone.

Também nas colunas médias reside uma outra singularidade deste conjunto, pois aqui surgem representadas duas figuras, ao modo de estátuas-colunas ou, mesmo, de jacentes tumulares, como já se escreveu, apesar das



*Alçado norte. Inscrição comemorativa da construção de uma torre que se erguia a norte da igreja*



*Alçado sul. Inscrição funerária do prior Egas Mendes*



*Alçado sul. Pormenor de silhares gravados*



*Alçado oeste. Portal*

evidentes dificuldades notadas ao nível do trabalho do cinzel e que, de certa forma, contribuíram para o aparecimento de várias leituras iconográficas. Assim, do lado direito do portal vemos uma figura feminina, com véu na cabeça e vestido até aos pés. Como apresenta a mão direita de encontro ao peito e a esquerda sobre o ventre, crê-se estarmos diante da primeira representação da Senhora do Ó conhecida para território português, numa iconografia derivada das representações da Virgem nos *Comentários ao Apocalipse* de *Beatus*, desse tempo. Com esta coluna relaciona-se diretamente aquela que, a seu lado, ostenta o tema das serpentes, cuja iconografia tem a mesma origem. A personagem que com a Virgem faz contraponto justifica que estejamos diante do tema da Anunciação que, por sinal, tem sido uma das suas representações mais comentadas na historiografia da arte portuguesa.

Do lado oposto, uma figura masculina. O posicionamento do Arcanjo São Gabriel do lado esquerdo do portal indicia um maior e crescente prestígio da Virgem, que terá o seu momento áureo durante a época gótica. Este



*Portal oeste. Tímpano*





*Portal oeste. Pormenores das colunas e capitéis (2015, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografias Luís Ferreira Alves)*



*Interior. Perspetivas da nave e abside a partir do lado ocidental (2015, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografia Luís Ferreira Alves)*

personagem áulico, portador de uma garantida mensagem, mostra o cabelo organizado em tranças e usa barba. Todavia, tendo em conta o espaço redutor do fuste, mas também a pouca destreza figurativa do capiteleiro escultor, esta personagem não nos mostra asas. As suas mãos estão erguidas sobre o peito, com as palmas viradas à Virgem, como que comunicando com esta. O seu vestido hirto, cingido por faixa, cai até seus pés.

No entanto, alguns autores têm procurado ver aqui outro tema iconográfico que não a Anunciação, apoiando-se numa hipotética obscuridade e mistério criados pela rudeza de execução deste conjunto escultórico. De um modo geral, o tema mais aceite é precisamente este, o da Anunciação, embora haja quem o questione tendo em conta a carência de asas na figura do Arcanjo, assim como o facto de não se conhecerem anjos barbados nas representações da Anunciação. Assim sendo, Maria José Perez Homem de Almeida acredita que possamos estar diante de uma representação de São Pedro, que por vezes se associa à Virgem, ou mesmo de São João Baptista, que, apesar da ausência de atributos iconográficos, pode aparecer com barba e cabelos longos. O facto da figura de Bravães se parecer com a de um eremita, também não invalida, para a autora, esta leitura iconográfica, tanto mais que a presença conjunta da Virgem e de São João Baptista se justificaria pela sua comum alusão à Encarnação, numa



*Interior. Arco triunfal. Lado sul (2015, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografia Luís Ferreira Alves)*



*Interior. Arco triunfal. Lado norte (2015, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografia Luís Ferreira Alves)*

igreja dedicada ao Salvador e em cujo tímpano ocidental este surge representado. Por fim, há ainda quem visse neste conjunto a representação dos doadores e fundadores do convento e da igreja, ou seja, D. Vasco Nunes de Bravães e sua mulher Aldara Lopes. Mas, o que é certo, é que estas propostas não tiveram eco na historiografia do românico português, prevalecendo a tese que aqui identifica a cena retratada no portal oeste de Bravães com a Anunciação.

A abside, iluminada apenas pela fresta da parede fundeira, apresenta-se contida. Os elementos ornamentais resumem-se aos capitéis dos colunelos da fresta, onde se ostentam motivos vegetalistas, ao friso enxaquetado que percorre a capela-mor a meia-altura e tido como um indício de antiguidade pois, como se encontra abaixo do alinhamento das impostas do arco triunfal, é bem possível que este tenha sido alteado durante a última fase de construção da igreja.

O arco triunfal é já notoriamente quebrado e relativamente aberto para a capela-mor. Compõe-se de arco envolvente e duas arquivoltas, apoiando-se apenas a interna sobre colunas. O arco envolvente, assentando sobre os pés direitos da parede testeira da nave, mostra friso com motivo da hera estilizada envolvida em círculos. Na arquivolta central identifica-se um modelo de ornamentação típica do românico que se desenvolveu em torno da Sé de Braga, mostrando um maior grafismo que modelação (comparativamente ao tratamento dado à escultura do exterior), de temática animalista, que se une na esquina das arquivoltas e se desenvolve no seu sentido. Já os capitéis apresentam uma maior turgidez no tratamento dado à temática quer vegetalista, quer animalista que os anima, apesar da sua forma cúbica de origem também bracarense. A arquivolta interna apresenta aduelas lisas com arestas vivas, talvez resultante da substituição de uma outra que completava este conjunto e que a diferença tonal entre os granitos confirma. Nas impostas, um motivo de origem bracarense, o tema dos corações invertidos. Os capitéis apresentam-se bem esculpidos, mostrando o do lado do Evangelho motivos vegetalistas e no lado da Epístola figuras fantásticas tragando uma figura humana, desnuda, na esquina do capitel.

Sobre o arco triunfal, vê-se uma rosácea radial já bastante gótica, atestando a longa duração da fábrica construtiva de Bravães. As pinturas murais que adornam o fundo da capela-mor e as paredes colaterais foram mandadas fazer pelo comendador Gonçalo de Barros, no terceiro quartel do século XV.

A nave é iluminada interiormente por quatro estreitas frestas, duas de cada lado, encimadas por arcadas desfasadas da abertura. Alguns dos seus capitéis cúbicos mostram uma decoração geométrica e elementar, podendo ser considerados como entre os mais antigos da região porque seguem protótipos específicos do século XI. Todavia, estas corresponderão certamente à fábrica do século XIII, pois foram reaproveitados ou, então, imitam soluções anteriores.

Ferreira de Almeida identificou três fases de construção nesta igreja. Da primeira fase datam os elementos que são semelhantes aos da capela-mor de São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo), datados de cerca de 1145 e que acusam a influência bracarense. A segunda fase de construção terá ocorrido entre 1175 e 1200, manifestando-se aqui a influência da sé de Tui. A terceira fase, já no século XIII, remete para as obras de conclusão da igreja. Cerca de 1225 terá sido terminada a nave, mais alta do que larga. O remate superior da nave e a rosácea sobre o arco triunfal poderão datar já desta fase. Assim, além da possível existência de um edifício anterior ao atual, de que resultou o reaproveitamento de alguns elementos, como já se referiu, encontramos uma fase de construção posterior à românica. Ao longo do paramento interior do arco cruzeiro são bem visíveis as cicatrizes que indiciam esta transição de estaleiro. Ao século XIII corresponde, ainda, um conjunto de blocos onde sistematicamente se encontram siglas e que recorreram a um granito mais áspero e duro, com grandes nódulos de feldspato, visíveis na cabeceira e na parte superior do corpo da igreja. De facto, o granito utilizado na primeira fase construtiva da igreja de Bravães acusa um grão mais fino e mais dúctil, visível na base do corpo da igreja e no rico programa iconográfico do portal ocidental. A inscrição que data a construção da torre, entretanto apeada, confirma a cronologia deste estaleiro.

A igreja paroquial de Bravães é a única parte que subsistiu do antigo mosteiro fundado por D. Vasco Nunes de Bravães e sua mulher. Foi classificada Monumento Nacional em 1910 e, nos anos trinta, são iniciadas as obras de restauro que se prolongaram pelas décadas seguintes.

A igreja de Bravães evidencia um românico regionalizado que manifesta ora a influência de Braga ora a influência do românico de Tui. Na região de Ribeira Lima desenvolveu-se uma variante muito peculiar do românico português que conciliava características de origem galega e de origem bracarense. A arquitetura românica desta região atinge o seu apogeu entre o segundo quartel do século XII e os finais do século XIII. Primeiro, são adotados temas decorativos de origem bracarense, depois os temas tudenses encontram-se em franco desenvolvimento. A forte preponderância que o românico desta região galega exerceu sobre os edifícios construídos ao longo da margem esquerda do rio Minho, chegando mesmo às margens do Lima, justifica-se também pela reorganização diocesana de então.

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (2001) "não haverá, entre nós, edifício onde se evidenciem, mais vibrantemente, as características do nosso românico rural nem onde se mostre, mais eloquentemente, como e quanto este estilo foi assumido e regionalizado pelos nossos 'mestres' e 'canteiros'".

Texto: MLB/JL - Fotos: LFA/MF/MM/MSch/MLB/FP
Plantas: GM/MF/MS (sobre DRCN/SIPA-DGPC/FSMLR/SA)

*Bibliografia*

ALMEIDA, C.A.F., 1984, pp. 333-334; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 35, 62, 128, 151, 154 e 157; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 93 e 95-96; ALMEIDA, C.A.F., [s.d.], pp. 233-235 e 237; ARANTES, J.A., 1985, p. 14; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 182 (de 1187), Insc. n.º 481 (de [meados século XIII]); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 208 (de 1187); BARROS, J., 2019, p. 213; BESSA, P., 2011, pp. 65-66; BOISSELLIER, S., 2012, p. 141; BOTELHO, M.L., 2013b, pp. 546-551; COSTA, A.C., 1706-12, I, p. 235; COSTA, A.J., 1997-2000, II, pp. 208-209; DGEMN, 1947, pp. 5-15; FERNANDES, A.G., 2011, pp. 31 e 131-133; GEPB, 1935-60, V, pp. 60-61; GOMES, S.A., 2004a, pp. 259-260; LENCART, J., 2018, p. 440; MARQUES, J., 1988, pp. 505 e 600-601; MEM. PAROQ. 1758 (2005), pp. 286-287; PASSOS, C., 1943, p. 205; PÉREZ HOMEM DE ALMEIDA, M.J., 1984, pp. 318-319; PMH, INQ., pp. 38, 119, 189, 236 (de 1220) e 409 (de 1258); ROSAS, L.M.C., 1995, II, pp. 75-77; ROSAS, L.M.C. e BOTELHO, M.L., 2010, pp. 185-198; SANTA MARIA, N., 1668, parte 1, liv. VI, cap. XIII, p. 336; SIPA; SOUSA, B.V., 2016, p. 188; TEST. ECC. PORT., doc. n.º 2.28 (de 1268, março, 8), p. 302; TOMÉ, M., 1998, II, pp. 121-128; VASCONCELOS, J., 1918, estampas n.os 17-22.